

ATA DA 12.ª REUNIÃO DO CONSELHO DAS ESCOLAS

14 de dezembro de 2015

Aos catorze dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, pelas doze horas e nos termos do art.º 12.º do Decreto-Regulamentar n.º 5/2013, de 29 de agosto, reuniu, em sessão extraordinária, o Plenário do Conselho das Escolas, no Centro de Caparide em S. Domingos de Rana, sob a presidência de José Eduardo Lemos, a fim de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos, constante na convocatória de quatro de dezembro: _____

Ponto um – Tomada de posse do novo membro do Conselho _____

Ponto dois – Apresentação e intervenção do Sr. Ministro da Educação _____

Ponto três – Discussão e aprovação da ata da reunião anterior _____

Ponto quatro – Revisão do Regime de funcionamento do Conselho das Escolas _____

Ponto cinco – Situação educativa do país _____

Ponto seis – Agenda do Conselho para 2016 _____

Estiveram presentes os conselheiros Alexandre José Rodrigues Canadas, Anabela Grácio, António Manuel M. Castel-Branco Ribeiro, António Ventura dos Santos Pinto, Arnaldo José Teixeira Lucas, Carlos Jorge Pires Percheiro, David Carlos da Rocha Sousa, Fátima do Céu Carola Moreira, Fernando Filipe de Almeida, Fernando Paulo Mateus Elias, Filinto Virgílio Ramos Lima, João Alberto Chaves Caiado Rodrigues, João Paulo Mineiro, Joaquim Tomaz, José Alfredo Rodrigues Mendes, José António Sousa, José Eduardo Lemos de Sousa, Lucinda Maria Mendes Ferreira, Luís Henrique Cardoso Fernandes, Margarida Ana Valente Fonseca, Maria Celeste Sousa, Maria Isabel Tavares Pereira de Almeida Le Gué, Maria Júlia Ferreira Gradeço, Paulo Jorge de Sousa Ferreira, Rosalina de Jesus Rodrigues Pinheiro e Telmo Eduardo da Costa Marreiros Soares, num total de vinte e seis. _____

Ponto um – Tomada de posse do novo membro do Conselho

Neste primeiro ponto da ordem de trabalhos, na presença do senhor Ministro da Educação, da senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação e dos senhores Secretários da Educação e da Juventude e Desporto, o Presidente do Conselho deu início à reunião apresentando e cumprimentando a equipa ministerial, presente na mesa, e todos os presentes. Seguidamente, o Presidente deu as boas vindas ao conselheiro João Paulo Mineiro, apresentando-o aos presentes e referindo que este conselheiro se encontrava na reunião para tomar posse do lugar de representante do QZP cinco em substituição do conselheiro Renato Alves que havia renunciado ao mandato. Informou que a tomada de posse se faria pela referência em ata desse ato e pela assinatura da folha de presença na reunião. A posse será formalizada, posteriormente, pela publicação em Diário da República. Neste momento, o Presidente convidou o conselheiro empossado a, se assim o entendesse, dirigir algumas palavras ao Plenário. O conselheiro João Paulo Mineiro aproveitou para dizer que era com orgulho e

alegria que voltava a participar neste órgão, ao qual tinha pertencido durante o primeiro mandato, assumindo que vinha com disponibilidade para trabalhar e cooperar com os restantes conselheiros. _____

Ponto dois – Apresentação e intervenção do Sr. Ministro da Educação _____

O Presidente informou o Plenário de que tendo tomado posse, recentemente, um novo Ministro da Educação, resolveu dirigir-lhe um convite, extensivo a toda a sua equipa, para estar presente nesta reunião do Conselho das Escolas e, dessa forma, não apenas proporcionar que todos os membros do Conselho e a equipa ministerial se ficassem a conhecer pessoalmente, mas também que o senhor Ministro da Educação pudesse apresentar, de viva voz, e se fosse esse o seu interesse, as medidas de política educativa que entendesse pertinentes. Agradeceu ao Sr. Ministro da Educação e à sua equipa a boa receptividade ao convite e a disponibilidade para estarem com o Conselho das Escolas nesta reunião. _____

De seguida, o Presidente fez uma breve referência à missão do Conselho das Escolas e à forma como este vê o exercício do seu mandato. Referiu que o Conselho tem a dupla missão de, por um lado, aconselhar o Ministério da Educação nas matérias respeitantes à Educação e ao Sistema Educativo e, por outro, representar junto deste as Escolas e Agrupamentos de Escolas públicas de Portugal continental (Escolas). O Conselho tem valorizado estas duas missões pronunciando-se sempre que solicitado pelo Ministério e/ou sempre que entende que o exige o interesse das Escolas. Na verdade, desde o início do atual mandato, a missão de representação das escolas foi aquela que mereceu maior atenção do Conselho, como o atesta o facto de, das quinze deliberações tomadas, apenas três responderem a solicitação do Ministério da Educação e Ciência. As restantes foram iniciativas do próprio Conselho, naquilo que interpretou ser o interesse das Escolas.

O reforço da missão de representação das Escolas públicas, traduzido nas referidas doze iniciativas, nem sempre tem sido bem compreendido. No entanto, a legitimidade que as eleições conferem ao mandato de cada um dos membros do Conselho das Escolas, tem sustentado muito do seu trabalho e exigido que este órgão se pronuncie sobre todas as questões educativas do interesse das Escolas, mesmo quando para tal não é solicitado.

O Presidente sublinhou ainda que, em nome da transparência e da prestação de contas, o Conselho publica todos os pareceres, recomendações, tomadas de posição, atas e outras deliberações, na sua *homepage*. _____

Por fim, o Presidente reiterou que o Conselho das Escolas está interessado em ajudar e totalmente disponível para responder às solicitações, sempre que o Sr. Ministro da Educação e a sua equipa entenderem conveniente e necessário. Terminou, agradecendo a presença do Sr. Ministro e da sua equipa na reunião. _____

Tomou a palavra o Sr. Ministro da Educação, Doutor Tiago Rodrigues, que saudou os presentes, apresentou os senhores Secretários de Estado e deu nota de que, quer ele próprio quer a sua equipa de Secretários de Estado, participavam com muito agrado nesta reunião do Conselho das Escolas. Referiu que conta com o Conselho das Escolas como ponte privilegiada para poder chegar às Escolas e que a relação entre a equipa governativa e o Conselho será sempre de confiança e lealdade. Neste contexto, afirmou ainda que todos temos de ter a capacidade de entender que é necessário fazer mais e de forma séria, sabendo os condicionalismos que o país atravessa em termos económicos. _____



Seguidamente, o Sr. Ministro da Educação passou a apresentar as linhas prioritárias do programa do Governo para a Educação. O principal objetivo será a prevenção do insucesso escolar ou a promoção do sucesso. O insucesso é um entrave à qualificação, promove a desigualdade e, por isso, será a sua principal frente de trabalho. As soluções a encontrar têm de ser locais, centradas nas escolas, respeitando a autonomia e a iniciativa de cada uma delas. A Escola é a unidade principal para uma intervenção preventiva. Esta equipa governativa tem confiança na capacidade e no trabalho das Escolas na promoção do sucesso, porque o sucesso dos alunos é o fim primeiro e tem que ser o seu desígnio principal. A promoção do sucesso passa muito pela gestão flexível dos currículos e pelo desenvolvimento de competências transversais, nomeadamente nas Artes e no ensino experimental. _____

Uma outra linha de ação será a universalização da Educação Pré-Escolar, ao longo da legislatura, uma vez que é neste nível do processo educativo que tudo começa. _____

Afirmou que está a trabalhar no sentido de criar um sistema de avaliação sólido que permita a aferição e avaliação do processo educativo. Sublinhou que considera muito importante rever todo o processo de adoção dos manuais escolares, para que a sua reutilização seja verdadeiramente possível, permitindo uma redução de custos para as famílias. _____

A valorização da formação ao longo da vida é também uma área muito importante para o seu ministério. A Educação de Adultos será uma aposta a desenvolver em duas vertentes: a da qualificação de quem não teve oportunidade em jovem de a adquirir e a de melhorar competências. A empregabilidade passa pela formação e pelo desenvolvimento de competências. _____

Esta equipa governativa tem também como grande objetivo criar um sistema de modernização da comunicação entre a tutela e as Escolas – criar um *SIMPLEX* na Educação – para que as direções das escolas tenham tempo para pensar a escola. _____

O Sr. Ministro reafirmou que toda a ação governativa terá como prioridade a promoção do conhecimento e da formação, e que para isso conta com a ajuda do Conselho das Escolas sem reservas e com toda a lealdade, para se conseguir construir pontes. _____

Após esta apresentação, passou-se a um período de intervenções dos conselheiros. _____

A conselheira Anabela Grácio, na sua intervenção, falou da dificuldade da gestão do currículo porque os programas e as metas de aprendizagem são de difícil gestão quando se pretende chegar a todos os alunos. Referiu-se também à dificuldade de gestão da indisciplina dos alunos, ao processo de entrada dos docentes na carreira e à falta de coerência e de estabilidade normativa. _____

Em resposta, a Sr.ª Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Dra. Alexandra Leitão, respondeu que os textos normativos e *paranormativos* são de difícil leitura e por vezes contraditórios, que as plataformas utilizadas também não ajudam e daí a necessidade do *SIMPLEX*. Estão a trabalhar nessa simplificação e na redução de redundâncias de competências na orgânica do Ministério mas reconhece que não é tarefa fácil. _____

O Sr. Secretário de Estado da Educação, Doutor João Costa, afirmou que a equipa governativa não quer ser reformista e que defende a introdução das alterações necessárias para a melhoria do sistema. Considerou que há problemas muito claros, decorrentes do que foi feito ao longo dos últimos anos. Falando da gestão do currículo, referiu a necessidade de construção de um referencial – perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória e que é por aí que se deve começar antes de se mudarem programas. _____



O conselheiro José Alfredo Mendes questionou a manutenção do projeto “Aproximar Educação”, que levou ao estabelecimento dos contratos com as Autarquias. Referiu também a necessidade de intervenção nas Escolas com mais de 30 anos e que não chegaram a ser requalificadas. _____

O Sr. Ministro da Educação respondeu que em relação à necessidade de requalificação era importante primeiro analisar “o que, quem e como” requalificar. Afirmou que há um mapeamento feito sobre as necessidades e que vão trabalhar sobre esse documento. No que se relaciona com o programa “Aproximar Educação”, afirmou que a sua equipa está a fazer um levantamento dos processos a decorrer no terreno para entender os que se devem manter e os que devem ser reformulados. Afirmou que é seu entendimento que a lógica da descentralização não pode ser feita à custa da autonomia das escolas. _____

Interveio o conselheiro Carlos Percheiro para defender que é necessário reformar e corrigir o que está mal. Defendeu que a autonomia das escolas se esgota em margens mínimas de espaço de decisão e criticou o projeto “Aproximar Educação” porque, no seu entender, ainda retira mais espaço de decisão ao pouco que as Escolas têm. Afirmou também que tem muitas dúvidas sobre o sucesso do funcionamento da estrutura organizacional dos agrupamentos de escolas que se criaram nos últimos anos, por agregação. Apesar disso, considera que o sistema educativo tem muita coisa de qualidade e que é necessário dar um estímulo aos docentes. Congratulou-se, também, com o facto, positivo na sua perspetiva, de esta equipa ministerial ter alguém das humanidades, em particular da linguística, algo que já não acontecia há muito tempo. _____

O Sr. Ministro da Educação respondeu que é necessário restabelecer a confiança e que isso passa, também, pela procura de soluções locais e diferenciadas, permitindo que cada Escola possa encontrar o melhor caminho para a resolução dos seus problemas. Em relação ao último comentário do conselheiro Carlos Percheiro, o Sr. Ministro referiu que é necessário reverter o desinvestimento nas Ciências Sociais e Humanas. _____

Interveio o conselheiro Alexandre Canadas para sublinhar que é necessário investir na “confiança”. É necessário ouvir as Escolas, confiar nas Escolas e responsabilizar aqueles que não cumprem. _____

A conselheira Júlia Gradeço falou sobre o programa “Aproximar Educação”, referindo que, sendo Diretora num Agrupamento abrangido por esse projeto, considera que todos os intervenientes estão algo perdidos: ainda não se iniciou a monitorização prevista, nem se realizou uma única reunião entre as partes e as Escolas envolvidas. Defendeu que as Escolas precisam de rumo e que, neste momento, estão às escuras. _____

Tomou a palavra o Sr. Ministro da Educação para informar que a condução e monitorização do programa “Aproximar Educação” estarão a cargo da Sra. Secretária de Estado Adjunta e da Educação e que, brevemente, serão produzidas informações atualizadas sobre o assunto. _____

O conselheiro David Sousa referiu que vê como muito importante a valorização da componente artística e a aposta na prevenção do insucesso. Reforçou a importância de uma intervenção na política dos manuais escolares já que a reutilização é mínima e os custos para as famílias são exorbitantes. Alertou para o caso das Escolas que estão a ser intervencionadas pela empresa Parque Escolar na terceira fase, já que estas não receberam os equipamentos (computadores, videoprojetores, quadros interativos, etc.) pelo programa PTE porque os iriam receber da Parque Escolar e, segundo se sabe, esta empresa não irá fornecer esses



equipamentos. Corre-se o risco de, se ninguém fizer nada, termos estruturas escolares novas, apetrechadas de equipamentos arcaicos. _____

O conselheiro Filinto Lima referiu que é importante que a equipa governativa visite as Escolas para conhecer bem o terreno. Afirmou que é importante que se mude o que está mal e que se deixe estar o que está bem. Defendeu que a estabilidade é necessária e é muito importante para as Escolas mas que existem atualmente dois problemas graves com que as mesmas se debatem: por um lado, a substituição dos assistentes operacionais que estão doentes, por vezes um ano, que não está prevista e, por outro, o demorado processo de substituição dos docentes nas escolas que utilizam a Bolsa de Contratação de Escola (BCE). _____

O conselheiro António Castel-Branco questionou se os contratos de autonomia e os contratos-programa TEIP são para continuar e se as escolas que ainda não aderiram a eles vão ter essa possibilidade. Referiu-se ainda às grandes dificuldades de utilização do crédito horário, em particular pelas escolas TEIP cujo quadro de docentes é bastante reduzido, devido a uma interpretação que a Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC) está a fazer do Despacho Normativo n.º 10-A/2015, de 19 de junho. Por último, questionou o Sr. Ministro sobre qual o entendimento do Ministério da Educação relativamente ao atual modelo de avaliação de desempenho docente. _____

O conselheiro Fernando Elias tem expectativas de que o *SIMPLEX* associado à desburocratização possa tornar menos volumoso e menos complexo o atual aparelho administrativo da Educação. Este conselheiro questionou ainda sobre qual a filosofia deste Governo para a “escola a tempo inteiro”, em particular para as atividades de enriquecimento curricular. _____

Tomando a palavra, o Sr. Ministro afirmou que vão analisar os problemas apontados em relação às Escolas intervencionadas pela Parque Escolar e que a modernização passa em particular pela análise da distribuição de competências dos diversos serviços, já que há redundância de competências e isso provoca sobrecarga nas Escolas. Aproveitou para defender que a Juventude e o Desporto passaram a integrar o Ministério da Educação porque é isso que faz sentido quando a escolaridade obrigatória se prolonga até aos dezoito anos. Passou então a palavra ao Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desporto, Dr. João Meneses, que afirmou a importância que esta equipa dá ao desporto para todos, em particular ao Desporto Escolar e afirmou que a dignificação da disciplina de Educação Física, que tem sido maltratada nos últimos tempos, é um objetivo importante desta equipa. _____

Seguidamente tomou a palavra o Sr. Secretário de Estado da Educação, que referiu estarem para breve notícias sobre os exames. Defendeu que a avaliação externa é necessária como reguladora de práticas mas que, neste momento, está a servir para demasiados fins. É necessário distinguir instrumentos de aferição de instrumentos de avaliação, relativamente às finalidades que servem. A avaliação externa tem de ter impacto no sistema e em cada um dos alunos. Afirmou que o sucesso tem de descer ao indivíduo porque o que se pretende é formar uma geração de pessoas com informação detalhada, porque isso aumenta a capacidade de intervenção da Escola, e não uma geração de classificação detalhada. No que se relaciona com a avaliação do desempenho docente, referiu que iriam “ressuscitar” o Conselho Científico de Avaliação dos Professores porque é importante existir massa crítica sobre este processo. Lamentou que não se tivessem aproveitado os últimos três anos, período em que as carreiras estiveram congeladas, para se refletir sobre este assunto mas que este Governo o iria fazer. _____



A Sr.^a Secretária de Estado Adjunta e da Educação falou dos problemas relacionados com a substituição de docentes. Sabe que em média demora vinte e um dias a substituição de um docente pela BCE e que a denúncia no período experimental tem criado alguns problemas. Referiu que estão a estudar o assunto do ponto de vista legal para ver como melhorar o processo e como resolver este problema. _____

Não havendo mais intervenções por parte dos elementos do Conselho das Escolas nem por parte do Sr. Ministro da Educação e dos Srs. Secretários de Estado, o Presidente reiterou os agradecimentos pela disponibilidade da equipa governativa para estar presente na reunião e reafirmou a disponibilidade do Conselho das Escolas para trabalhar conjuntamente com o Ministério da Educação. _____

Seguidamente, pelas treze horas, o Presidente do Conselho suspendeu a reunião pelo período de uma hora e trinta minutos para almoço, findos os quais se retomariam os trabalhos. _____

Retomou-se a reunião à hora prevista e, antes de se entrar no terceiro ponto da ordem de trabalhos, o Presidente informou o plenário de que o conselheiro Luís Henrique Fernandes havia oferecido três árvores à responsável pelo Centro de Caparide, para serem plantadas nos jardins, de forma a atenuar-se a “pegada ecológica” resultante das viagens de todos os conselheiros para participarem nas reuniões realizadas ao longo de um ano, de acordo com cálculos elaborados a partir dos dados fornecidos pelos conselheiros. _____

Ponto três – Discussão e aprovação da ata da reunião anterior. _____

Foi apreciada a ata da reunião anterior, disponibilizada a todos os elementos do Conselho juntamente com a convocatória da presente reunião. Não tendo havido qualquer proposta de correção ou alteração à ata, a mesma foi posta à votação, tendo sido aprovada pela unanimidade dos presentes na reunião de onze de junho de dois mil e quinze. _____

Ponto quatro – Revisão do Regime de funcionamento do Conselho das Escolas

O Presidente informou os presentes de que a revisão do Regimento do Conselho das Escolas se tornava necessária por força da entrada em vigor do novo Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro). Como já tinha ficado assente em anteriores reuniões, a responsabilidade pela redação da proposta de revisão ficou a cargo do conselheiro António Ventura Pinto, membro da Comissão Permanente, a quem o Presidente deu a palavra. _____

O conselheiro António Pinto sublinhou que as alterações ao Regimento que constavam da proposta em apreciação eram, apenas, as necessárias para que o mesmo respeitasse o articulado do novo Código de Procedimento Administrativo. _____

Depois de este conselheiro ter feito a apresentação das alterações introduzidas, o Presidente abriu a discussão ao plenário. Como ninguém quis usar da palavra, o documento foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. _____

Ponto cinco – Situação educativa do país

O Presidente iniciou este ponto da ordem de trabalhos elencando alguns pontos que poderiam enquadrar a análise a efetuar pelo Conselho sobre a situação educativa do país, nomeadamente: o encerramento do ano letivo 2014/15, o arranque do ano letivo 2015/16, neste caso, especialmente a colocação de professores e a aplicação das normas constantes do despacho de organização do ano letivo, e as questões e problemas que afetam hoje as Escolas. Devolveu de seguida a palavra ao Plenário para os conselheiros poderem abordar os assuntos que entendessem relevantes no âmbito deste ponto da ordem de trabalhos. _____



A conselheira Anabela Grácio referiu que os representantes do QZP6 tinham elaborado um questionário, que enviaram aos diretores das Escolas que representam, sobre as maiores dificuldades que se sentem nas escolas atualmente. A principal preocupação é administrativa e decorre da instabilidade normativa e, logo a seguir, manifestaram preocupação com o currículo e a sua gestão. Referiu também que é dada grande ênfase às dificuldades do final e do arranque do ano letivo. _____

O conselheiro Fernando Elias realçou a calma do início deste ano letivo em comparação com o anterior referindo que tudo foi pensado e planeado com um ano de antecedência. _____

O Presidente reforçou esta ideia afirmando que a Administração Central planificou melhor o início do ano letivo. _____

O conselheiro Luís Fernandes falou sobre as Atividades de Enriquecimento Curricular e a enorme dificuldade de as colocar a funcionar e as manter em funcionamento resultantes da saída constante dos técnicos que denunciam os contratos. _____

O conselheiro António Castel Branco referiu-se ao facto de o despacho de organização do ano letivo estar a proporcionar entendimentos e leituras diversas sobre a utilização do crédito horário. Leituras que são feitas pela IGEC e que prejudicam o normal funcionamento das Escolas, em particular as Escolas TEIP, uma vez que as estão a impedir de utilizar o seu crédito horário para contratar professores para apoio pedagógico. Defendeu que os normativos devem ser claros não dando lugar a situações dúbias. _____

O conselheiro António Ventura reforçou esta ideia de alguma ambiguidade na atuação da Administração Central sobre a utilização do crédito, referindo, como exemplo, os horários solicitados neste momento com base no crédito não utilizado aquando da distribuição de serviço e que aparecem na plataforma como “inválidos – em análise”. Aparentemente, há ordens para que esses horários não sejam validados apesar de em agosto o terem sido e apesar de as Escolas disporem de crédito de horas. _____

Sobre esta questão da utilização do crédito de horas, o Presidente solicitou ao plenário que se algum elemento tivesse acesso a um documento escrito, emanado da IGEC ou de qualquer outro organismo, no qual fosse assumida orientação ou interpretação das normas legais que estivesse a impedir as Escolas de utilizarem o respetivo crédito de horas para proporcionar apoios aos alunos, o fizessem chegar às suas mãos, a fim de redigir ofício ao Sr. Ministro da Educação a denunciar o caso. _____

A conselheira Lucinda Ferreira criticou o atraso com que as Escolas tiveram conhecimento da sua oferta formativa. Na realidade, a discussão sobre a rede de oferta formativa foi feita em fevereiro/março e só foi dado conhecimento às Escolas de quais os cursos que podiam oferecer aos seus alunos a 18 de julho, depois de terminado o período normal de matrículas. Criaram-se situações verdadeiramente difíceis de resolver e foram goradas as expectativas de muitos alunos e famílias. Era importante que as Escolas públicas pudessem fazer o seu trabalho de divulgação da oferta formativa antes de as aulas terminarem. Os alunos e as suas famílias devem decidir na posse de toda a informação. Saber que cursos existem e onde funcionam é muito importante para que as famílias decidam antes da matrícula. Na realidade, os últimos dois anos foram muito maus neste aspeto. Aproveitando o facto de estar a falar dos cursos profissionais a mesma conselheira voltou a falar do assunto que já tinha apresentado na reunião anterior – a penalização das escolas com projetos apoiados pelo POCH. Na realidade, tem conhecimento de que outras escolas já têm contactado o Instituto de Gestão Financeira



da Educação (IGeFE) sobre o mesmo assunto e que este organismo vai respondendo a cada uma: “só vocês é que se estão a queixar” e dando a situação como consumada. A conselheira aproveitou para dar o exemplo do seu agrupamento com os números do projeto do ano letivo anterior. O valor global é de cerca de quatrocentos e sessenta mil euros só para o funcionamento destes cursos (excluindo salários de professores) e a contrapartida nacional (quinze por cento) deve, no entendimento do IGeFE, ser assegurada pelo orçamento de compensação em receita da Escola (o valor da contrapartida nacional são cerca de setenta mil euros). Na sua opinião é inadmissível que sejam as Escolas, através das receitas geradas por si, a “pagar” o funcionamento da oferta formativa que é financiada por fundos comunitários. Mantém a opinião de que o Conselho devia tomar posição sobre esta matéria. _____

Tomou a palavra o conselheiro José Alfredo Mendes que representa o Conselho das Escolas na ANQEP. Este conselheiro referiu que, sempre que as Escolas precisem de dinheiro para fazer pagamentos de encargos assumidos, o IGeFE pode adiantar essas verbas às Escolas após solicitação. Falou também do problema das Escolas inseridas no programa “Aproximar Educação” cujas faturas de encargos com instalações, a partir de janeiro, passam a ser emitidas em nome da Autarquia e não podem ser imputadas no projeto. Aproveitou a oportunidade para alertar para um facto que tem passado despercebido à maioria das Escolas: a escassa oferta de cursos EFA de dupla certificação das Escolas públicas. Para ele é verdadeiramente inacreditável que quase toda a oferta esteja na alçada do IEFP e instituições privadas, ao contrário de tempos recentes. _____

A conselheira Rosalina Pinheiro trouxe à discussão alguns problemas relacionados com a Educação Especial, nomeadamente o atraso na colocação de docentes, a dificuldade de se conseguir autorização para os contratar e o deficiente funcionamento dos Centros de Recursos para a Inclusão. Os apoios às crianças são mínimos, as decisões são unilaterais e nunca negociadas conforme está previsto na lei. Na sua opinião o Ministério da Educação não está a acompanhar devidamente este processo e devia repensar o projeto centrando-o nas Escolas. Os alunos com necessidade de terapias teriam de certeza mais apoios. _____

A conselheira Celeste Sousa deu conhecimento da realização de uma reunião do Conselho Geral do IAVE, ao qual pertence em representação deste Conselho, no qual foram analisadas as questões levantadas pelo Ministério da Educação e Ciência que se relacionavam com a variação expressiva dos resultados dos exames em relação aos anos anteriores nas disciplinas de Matemática A, Matemática Aplicada às Ciências Sociais e Biologia e Geologia. Nessa reunião foi também analisada a questão da renovação da bolsa de classificadores e da necessidade de garantir condições e compensações a estes docentes. No entanto, o desconhecimento de quem vai ser classificador não permite que essas compensações sejam garantidas na distribuição de serviço docente. _____

O conselheiro Carlos Percheiro referiu que, na sua perspetiva, é incompreensível que se desenvolvam processos de avaliação externa em Escolas criadas recentemente, em resultado de processos de agregação. Afirmou também que o *Preliminary English Test* (PET) não está adequado ao sistema de ensino do Inglês previsto no programa em vigor. _____

O conselheiro Filinto Lima fez uma referência às últimas decisões no âmbito da eliminação dos exames do quarto ano e da prova de avaliação de conhecimentos e capacidades dos professores (PACC), considerando-as questões políticas e que, nessa medida, não adiantará estar a falar disso neste momento. Aproveitou para referir que o concurso dos assistentes



operacionais, lançado por algumas escolas, é muito complexo por ser demasiado burocrático, especialmente se se tiver em conta que se destina a contratar pessoas que vão ganhar pouco mais do que quinhentos euros por mês. Esse processo torna-se demorado e os assistentes operacionais fazem falta. Referiu ainda que na sua opinião o calendário escolar do presente ano letivo, com início a 21 de setembro, se revelou prejudicial para as Escolas, quer pelo atraso no início das aulas, quer por dar uma má imagem da Escola pública por comparação com as escolas privadas que começaram o ano letivo a 6 de setembro. Reforçou ainda a ideia de que o processo de substituições na BCE está muito complicado e a demora na colocação dos professores é excessiva. _____

O conselheiro Joaquim Tomaz considerou intempestiva a decisão de não realização dos exames do quarto ano nesta altura em que o ano letivo está a decorrer. Também não abona a favor da Educação o facto de esta decisão ter sido tomada sem qualquer avaliação e sem ouvir as comunidades educativas. _____

A conselheira Lucinda Ferreira referiu que um dos problemas que ainda subsiste é a falta de informação relacionada com a composição do horário do grupo de recrutamento cento e vinte (Inglês do primeiro ciclo) e com o pagamento das deslocações dos docentes entre as diversas escolas do mesmo Agrupamento. Da falta de informação resultam entendimentos diversos por parte das Escolas _____

A respeito do pagamento das deslocações entre estabelecimentos de um mesmo Agrupamento de Escolas, o conselheiro Fernando Almeida informou o Conselho de que tinha solicitado esclarecimentos ao IGeFE e tinha obtido como resposta que deveria pagar as deslocações entre escolas no mesmo dia. E que se não houvesse disponibilidade financeira no orçamento de Estado, deveria utilizar o orçamento de receitas próprias. No seguimento desta intervenção, este conselheiro aproveitou para informar sobre a atividade do CNE ao qual pertence em representação do Conselho. _____

No final de todas estas intervenções, o Presidente tomou a palavra e deu conta da correspondência recebida e expedida bem como da participação em ações/atividades em representação do Conselho, a saber: _____

- Em 02/07/2015 - remessa de ofício ao Sr. Ministro da Educação e Ciência dando conta da perplexidade do Conselho das Escolas por não ter sido chamado a participar no Seminário Internacional "Autonomia e liderança das Escolas", realizado em 29 e 30 de junho p.p., coorganizado pela Direção-Geral da Administração Escolar e pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares; _____

- 08/07/2015 - Participação da Vice-Presidente na sessão de apresentação de resultados do *Preliminary English Test*; _____

- 09/07/2015 - Participação no seminário "Descentralização das políticas educativas: as escolas e os municípios", em Loulé, a convite do Diretor do Centro de Formação do Litoral à Serra;

- Troca de correspondência com o Sr. Presidente do Sindicato dos Inspetores da Educação e do Ensino, relativa à Recomendação do CE, n.º 02/2015 (Avaliação Externa das Escolas); _____

- 25/09/2015 – Participação no debate sobre Municipalização da Educação: "Que desafios para os atores educativos", em Celorico de Basto, a convite do Diretor do Centro de Formação de Basto; _____



- 29/10/2015 – Participação com os elementos da Comissão Permanente em reunião com a equipa dirigente da Direção-Geral da Educação, a convite desta, para audição sobre as Segundas Jornadas da DGE e para apresentação das novas funcionalidades do InfoEscolas; ____
- 20/11/2015 – Participação no Simpósio “Psicologia e Orientação em Contexto Escolar: Impactos e Expetativas”, em Lisboa, a convite da Direção-Geral da Educação e da Ordem dos Psicólogos Portugueses; _____
- Convite para participar na conferência sobre abandono escolar e formação de professores, em Bruxelas, em 26 e 27 de novembro de 2015. Foi designada a Vice-Presidente Isabel Le Gué para participar no evento, o qual acabou por não se realizar em resultado das medidas de segurança impostas em Bruxelas logo após os atentados em Paris, em 13/11/2015; _____
- Foram prestadas três informações à Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, sobre outras tantas Petições, das quais foi dado conhecimento aos membros do Conselho. _____

Ponto seis – Agenda do Conselho para 2016

O Presidente defendeu que o Conselho das Escolas, no próximo ano, deveria manter uma agenda que procurasse, por um lado, responder tempestivamente a todas as solicitações que o Ministério da Educação venha a fazer e, por outro, tomar a iniciativa de abordar os assuntos que estiverem na ordem do dia e forem do interesse das Escolas. Defendeu também que, à semelhança do que aconteceu no ano que agora finda, o Conselho deveria organizar um evento nacional sobre temáticas do interesse para as Escolas e a Educação. _____

O conselheiro Fernando Elias congratulou-se com a quantidade e qualidade dos pareceres e recomendações que o Conselho tem produzido. Defendeu que seria importante a organização de um evento nacional que marcasse a agenda educativa e afirmasse a identidade do Conselho. _____

O Conselheiro Luís Fernandes sugeriu que, neste momento em que o Decreto-Lei n.º 75/2008 está a completar oito anos de existência, o papel do Diretor de uma Escola pública e o regime de administração e gestão das Escolas públicas poderiam constituir-se como temáticas com interesse para as Escolas. _____

A Vice-Presidente Isabel Le Gué colocou reservas à organização de um evento centrado no papel do Diretor das Escolas. A temática deveria focar-se mais nos principais atores das Escolas - os alunos e os professores e não tanto nos diretores. _____

O conselheiro José António Sousa concordou que a temática do evento a organizar pelo Conselho das Escolas deveria focar-se mais na gestão - financeira, curricular, disciplinar e outras - como forma de solucionar problemas que digam respeito a todos e não apenas aos diretores. Reforçou que a indisciplina nas Escolas é um dos problemas mais atuais e pertinentes com que as Escolas têm de lidar. _____

O conselheiro João Paulo Mineiro defendeu que o interesse de um debate sobre as temáticas Diretor/gestão dependerá sempre da sua abrangência e do dinamismo que for imprimido. Pode alargar-se o interesse da temática a vários atores se o debate abranger as lideranças escolares e não se focar apenas no diretor. _____

O conselheiro Paulo Ferreira sugeriu que se abordassem as questões relativas à qualidade da Escola Pública. _____

O conselheiro Carlos Percheiro sugeriu que o evento permitisse refletir sobre os trinta anos de aplicação da Lei de Bases do Sistema Educativo.



O Conselheiro Joaquim Tomaz alvitrou que a formação do pessoal docente também seria uma temática atual e do interesse das Escolas. _____

O Presidente sublinhou que várias das ideias e sugestões apresentadas se constituíam como temáticas interessantes e assuntos pertinentes para abordar num evento nacional durante o ano de 2016, de preferência durante o primeiro semestre. Defendeu que as ideias apresentadas e outras que venham a apresentar-se como do interesse das Escolas deveriam ser ponderadas pela Comissão Permanente e, posteriormente, apresentada uma proposta ao Plenário. _____

Ninguém mais querendo usar da palavra, o Presidente deu por encerrada a sessão pelas dezoito horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Lucinda Maria Mendes Ferreira, que a secretariei, e por José Eduardo Lemos, que presidiu. _____

Lucinda Maria Mendes Ferreira _____

José Eduardo Lemos _____

